



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 3 de maio de 2023, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Altair Silva, os demais Senhores Deputados-Membros da Comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Massocco, Deputado Napoleão Bernardes e Deputado Neodi Saretta. Justificada ausência do Deputado Oscar Gutz por meio do Ofício Interno nº 0762937/2023. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural submetendo à apreciação a ata da 3ª Reunião Ordinária, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente fez a leitura da Moção de Apelo nº 12/2023, datada em 10 de abril do ano corrente, enviada pela Câmara Municipal de Cunha Porã, tendo como autoras as vereadoras Nadia Aparecida Barbieri e Tatiana Ines Ely Henicka e demais Vereadores que subscrevem, solicitando urgentemente ações em defesa dos direitos dos agricultores que estão nas áreas requeridas pelo indígenas na região do Araçá – Municípios de Saudades e Cunha Porã. Na sequência, passou à Ordem do Dia: **RCC/0029/2023**, de autoria do Deputado Altair Silva, que requer, ouvidos os demais membros deste Colegiado, que seja realizado evento, a ser realizado em data oportuna, no *Hall* da Assembleia, com expedição de convites ao Governador do Estado de Santa Catarina e aos Deputados Estaduais, para apresentação do serviço de inspeção realizado pela Cidasc nas agroindústrias e degustação de produtos inspecionados pelos profissionais da companhia, com Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e Selo ARTE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **RCC/0030/2023**, de autoria do Deputado Altair Silva, para aprovar convite ao Diretor de Defesa Agropecuária Diego Torres Severo, para comparecer à “Reunião da Comissão de Agricultura”, a ser realizada em data oportuna, nas dependências desta assembleia Legislativa (Sala das Comissões) para explanação do Fórum Anual de Prevenção da Febre Aftosa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e **RCC/0031/2023**, de autoria do Deputado Altair Silva, para aprovação desta Comissão de Agricultura e Política Rural, a ser realizada em data oportuna, no Município de Florianópolis, nas dependências desta Assembleia Legislativa (Sala das Comissões), para exposições a serem ministradas pelo Eng. Agrônomo Alexandre Mees, Gestor do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal e do Médico Veterinário Jader Nones, Gestor de Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ambos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento à pauta, Senhor Presidente abriu o debate, transcrito na íntegra:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Dando continuidade, passamos à exposição a respeito dos investimentos da Celesc sobre a energia trifásica no interior do Estado, conforme Requerimento RCC/0859/2023 deliberado pela Comissão, que será feita pelo diretor-presidente da Celesc, senhor Tarcísio Estefano Rosa, e pelo diretor de Distribuição da



Celesc, senhor Claudio Varella do Nascimento, aos quais agradecemos a participação.

Na sequência, teremos a apresentação da Cidasc sobre a defesa sanitária animal e vegetal do Estado, conforme Requerimento RCC/0031/2023 deliberado pela Comissão, que será feita pelo engenheiro agrônomo Alexandre Mees, gestor do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal da Cidasc, e pelo médico veterinário Jader Nones, gestor do Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Cidasc. E para que todos saibam, maio é o mês da defesa sanitária vegetal e animal. Informamos que também contamos com a presença da diretora Daniela, nossa colega lá da Secretaria da Agricultura.

Assim sendo, passamos a palavra ao senhor diretor-presidente da Celesc, Tarcísio Estefano Rosa, já agradecendo a forma atenciosa que vossa excelência está nos atendendo, não só o Deputado Altair Silva, mas todos os Deputados que fazem contato com a Celesc, oportunidade em que vemos uma abertura muito grande do diálogo, da transparência, uma reciprocidade muito positiva, e isso cria um ambiente para que possamos melhorar os nossos processos e os nossos atendimentos.

O SR. TARCÍSIO ESTEFANO ROSA – Bom dia.

(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

Agradeço de antemão o convite e aproveito para dizer que estamos sempre à disposição na Celesc para atendê-los da melhor forma possível. Esse é o nosso papel, esse é o resultado do convite que o Governador Jorginho Mello nos fez para que a Celesc seja bem-vista e que trabalhe muito, e esse é o nosso objetivo. Temos recebido alguns Deputados, o Deputado Oscar já esteve lá conosco.

Bom dia, Deputado Napoleão, Deputado Camilo, diretor Claudio Varella, que está comigo aqui, ele é responsável pelo interior, doutora Daniela.

Bem, a Celesc lançou o programa 500 quilômetros de redes trifásicas. Isso é resultado, primeiro, de uma avaliação nossa, que nós chamamos de diagnóstico da situação do Estado de Santa Catarina. Quando verificamos como está a Celesc, em termos de Estados brasileiros, é um dos mais bem atendidos. Os índices que a Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, coloca para nós como desafios estão plenamente atendidos. Então, se pegarmos hoje um mapa da Celesc do Estado inteiro, de quantas pessoas estão com falta de energia neste momento, dos 3,5 milhões de clientes que nós temos, cerca de 1.000 pessoas, às vezes 1.500 pessoas, estão sem energia. É pouco num universo de 3,5 milhões, mas para essas 1.000 pessoas é tudo, é 100% ruim para quem está faltando energia. Então o nosso 99,9% bom, passa a ser 100% ruim para quem está faltando.

De posse desse diagnóstico e após receber Deputados, Vereadores, representantes de associações, agropecuaristas, etc., nós começamos a entender um pouco mais de onde falta. E a falta não foi tão somente por falta de investimento, mas mais pelo crescimento. Eu, mesmo sendo catarinense, trabalhei muito tempo em outras áreas como Amazonas, Rio Grande do Sul e São Paulo, sempre no setor elétrico, há mais de quarenta anos, e não tinha essa noção do Estado de Santa Catarina, de onde eu sou. Tenho que admitir isso.

Então, quando você recebe um agropecuarista dizendo que os seus vizinhos tinham cinco vacas, seis vacas leiteiras e a ordenha era manual e agora ele tem cinquenta vacas, sessenta vacas num galpão climatizado, que gasta



energia. Não bastasse isso, ainda tem a coleta do leite robotizada, e por aí vai. Tudo isso é energia, tudo isso é modernidade. Eu falo sempre, aquilo que os senhores e as senhoras viram acontecer, de chegar a energia quando ainda era monofásica, com a Erusc, eu imagino que não deveria ter alegria maior, e aquilo deve ter durado muito tempo, o pessoal festejando uma lâmpada acesa, ter um ventilador, uma geladeira. Mas isso foi, passou, e foi muito bom, mas hoje tem que ser muito melhor.

Então nós estabelecemos, Deputado Altair, um programa imediato já em abril de 500 quilômetros de redes trifásicas. E se você tem uma rede monofásica, é como pegar a BR-282, que vai daqui até o extremo-oeste, e triplicar – porque é trifásico – e colocar acostamento. Então, não é nem multiplicar por três a capacidade de transporte de energia, é mais do que isso. *[Transcrição: Marivânia Pizzi]*

Um outro ponto que eu gostaria de deixar bem claro, é o seguinte: se você pavimenta a 282, e um tempo ela não era, você melhora todos os acessos próximos, mas não significa que essa rede tem que passar na frente da sua casa ou de todas as casas. O fato de ela passar no meio, num eixo, dali se distribui para todas as regiões, seria multiplicar por cinco a capacidade. Quando eu falo em 500 quilômetros de rede trifásica, é como se tivesse mexendo em 2.500 quilômetros de redes, melhora para todos. Somados a isso aí alguém pergunta: mas qual é o critério?

Bom, esses 500 quilômetros nós estamos colocando do Planalto de Lages para cima até ou extremo-oeste, por quê? Não é aqui no litoral que se observa os maiores problemas, eles estão para lá. É uma demanda que entendemos como reprimida, que nós vamos atender. Não vamos parar nos 500 quilômetros. Eu costumo dizer, meio que brincando um pouco, depois serão outros quinhentos. Vamos alargar mais quinhentos. Mas além desses 500 quilômetros, Deputado, e sobre isso nós falamos lá na Celesc, lançamos um programa de investimentos para todo o Estado de Santa Catarina de R\$ 4,5 bilhões para os próximos quatro anos. Serão 20 subestações novas, 41 ampliações de subestações e as linhas de transmissões correspondentes.

Vamos atuar no corredor de mobilidade elétrica. Em Santa Catarina você viaja do extremo sul ao extremo norte pelo litoral e tem postes de abastecimento para carros híbridos ou elétricos. Você vai de Florianópolis ao extremo-oeste também tem os postos de abastecimento. Nós lançamos o programa de mais de R\$ 6 milhões para colocar dez novos postos onde não é o eixo leste/oeste, e também um pouco mais, região de Lages, região que permita cruzar o Estado, também no meio dele, no sentido norte/sul e sul/norte.

Na área de geração vamos ampliar a geração fotovoltaica e vamos receber as pessoas que querem colocar fotovoltaica como parceiros. A Celesc não é nada contra fotovoltaica, e isso se divulga, às vezes, desse jeito. Mas, voltando aos investimentos, um ponto muito importante: eu falei 20 subestações novas, 41 ampliações das sessenta e tantas subestações que vamos mexer. Mas são 295 Municípios, e os outros como ficam? Aproveito para dizer aos outros que, se não virem com uma subestação na frente da sua casa, o que importa é que a energia chegue lá. Quando se coloca uma subestação aqui em Santo Amaro da Imperatriz, e tem uma iniciando obra lá, isso se reflete em Águas Mornas, Rancho Queimado e em toda a região. Quando se põe uma em São José, e vamos colocar também agora, aqui no distrito industrial, isso reflete para Biguaçu, São Pedro de Alcântara e a região inteira. Então, se eu pegar



essas 60 subestações que vão mexer e multiplicar por quatro ou cinco, chegamos nos 295 Municípios.

Então eu queria deixar essa tranquilidade de que o fato de não ter uma subestação na sua cidade não significa não ter energia. Quem leva energia não é a subestação, são as linhas, por isso a gente está mudando de monofásico para trifásico. As linhas levam energia, são elas que têm a capacidade. Se eu tiver uma subestação gigante e a linha falhar, não chega nada lá, [falo] isso para dar uma tranquilidade, porque a pergunta que a gente ouve – e o Varella tem ido ao interior com o Governador Jorginho Mello – é: poxa, mas em Videira tem e do lado não tem? Ou Chapecó tem e no outro não tem. Blumenau, Prefeito, tem?

E aí contamos com algumas histórias do tipo: do lado da subestação de 40 MVA... Em Itapema nós construímos há pouco tempo uma subestação de 40 MVA, é um bom tamanho para Itapema porque o crescimento da região, Camboriú, etc., está muito grande, [isso] para aliviar Porto Belo. Em seguida, essa subestação quase já chegou no seu limite, significa dizer que onde nós estamos fazendo agora não se limita e não vai se encerrar aí.

O movimento é dinâmico, o consumo de energia é dinâmico, o crescimento também. Se alguma área perceber que não houve o crescimento esperado, damos uma segurada, mas acelerou em outras [áreas], vamos para aquela região, nós temos que ser ágeis. Mas o ponto mais importante é: existe uma demanda de energia, portanto existem os compradores de energia, e nós queremos vender energia e entregá-la. Portanto, vamos fazer o negócio já quase casado. Santa Catarina tem uma demanda que está reprimida, e temos certeza que isso vai provocar um crescimento muito maior e muito rápido.

Eu me coloco à disposição, Deputado, para não tomar todo o seu tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Com a palavra o senhor Claudio Varella do Nascimento, diretor de Distribuição da Celesc. Ele tem circulado lá, principalmente na região oeste, e a cobrança está grande, o pessoal está pedindo não 500 quilômetros, mas triplicar essa quantidade.

O SR. CLAUDIO VARELLA DO NASCIMENTO – Bom dia.

(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

Então, dando continuidade, complementando um pouco o que o presidente mencionou, nós estamos avaliando a questão mais pontual da rede monofásica para a rede trifásica aqui em Santa Catarina, bem mencionado pelo presidente Tarcísio, a região que chamamos de Código 49, que pega da região de Lages para cima, vai até São Miguel do Oeste, é a região que demanda maior atenção nesse primeiro momento.

Então os nossos primeiros 500 quilômetros 80% estão nessa região, os investimentos do agronegócio são muito fortes nessa região, e o Governador Jorginho Mello solicitou que fizesse um planejamento para manter o produtor rural nessas regiões. Mas também estamos investindo na região do Alto Vale, na região ali de Taió, Salete e outras regiões, no sul também. Em Santa Rosa 50% das unidades consumidoras são da Celesc e 50% são da cooperativa, mas se tem a necessidade de levar a rede trifásica para essa região, o que complementa os pré-requisitos determinados que é a quantidade de unidades consumidoras que podem ser implementadas. Como o presidente sempre diz, fazemos a pavimentação da via principal, o trifásico estava a 14 quilômetros, 12 quilômetros, então fazemos a via principal, e agora o trifásico está a 600 metros, 400 metros, dessa maneira fica mais próximo para o produtor rural fazer a sua



ligação, fazer o seu pedido. O objetivo principal desses primeiros 500 quilômetros é trazer a energia trifásica mais perto e melhorar a qualidade de energia. Como bem mencionado pelo presidente Tarcísio, o importante é chegar energia com qualidade, que ele possa tocar os seus implementos agrícolas, todo o seu parque industrial – antigamente chamávamos de colono, de agricultor, hoje ele é um empresário do agronegócio.

Então, só para mencionar aquilo que o presidente colocou, nós tivemos na região de Ibiam, onde vão ser inaugurados os primeiros quilômetros, e depois fomos numa região lá de Videira onde tem um produtor rural que tem 1.500 matrizes suínas.

Eu venho do interior, sou de Chapecó, dessa região aí, no primeiro momento entendia que [a energia elétrica] era mais para o inverno, para os filhotes não morrerem, agora não, é no verão por causa do calor, é muito quente, então [precisa energia] tanto no verão quanto no inverno, então vejam como é importante a energia elétrica no setor do agronegócio. E também, Santa Catarina é capilar em vários seguimentos: agronegócio, indústria, comércio, turismo, então é um segmento forte, o nosso Estado, como diz o pessoal, é a Suíça brasileira.

Dessa forma, como disse bem o presidente, eu estava olhando aqui no nosso sistema, tem 2.192 unidades consumidoras sem energia, mas 1.860 estão sendo desligadas porque nós estamos fazendo melhorias, então são desligamentos programados. Eu estou lá na região a, b, c desligando 400 unidades consumidoras, para fazer o quê? Melhoria, ampliar a capacidade de fornecimento de energia e melhorar a qualidade de energia fornecida.

Então é essa a atenção especial que o presidente Tarcísio colocou para nós, que nós precisamos investir, precisamos melhorar, a Celesc se tornar cada vez mais eficiente, mais forte. Esse é o objetivo principal da Celesc.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Quero registrar a presença dos diretores da Epagri, colegas Haverroth e Gustavo; da presidente da Cidasc, Celles Regina de Matos, a qual convido para a mesa; do assessor da Secretaria da Agricultura, engenheiro agrônomo, nosso amigo Athos de Almeida Lopes, que representa o Secretário de Estado da Agricultura, Deputado Valdir Colatto. *[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi]*

Com a palavra o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc).

O SR. ENORI BARBIERI – Bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa, Deputado Altair Silva, cumprimento os demais componentes da Comissão, que muito têm atendido o setor do agro, cumprimento o presidente da Celesc, Tarcísio, o pessoal da Celesc, os colegas da área da agricultura, da Cidasc, da Epagri e da Secretaria.

Presidente Tarcísio, a gente tem acompanhado o projeto que os senhores levaram ao Governador, todo esse trabalho, e na verdade o grande gargalo do agro hoje, no Brasil, está nas propriedades rurais, na falta de energia de qualidade. O agro se modernizou, não existe mais trabalho sem máquina, sem energia, e isso chegou a um ponto que começou a atrapalhar o crescimento e passou a ser um custo a mais nas propriedades. Estamos acompanhando esse projeto e sabemos que vocês receberam um pedido das entidades para repartir



esses 500 quilômetros com a indústria e com outras coisas. E o apelo que eu faço, já que são 500 quilômetros, que não é tudo, mas também é um começo de um projeto que deverá ter andamento, é que esses 500 quilômetros sejam executados dentro do planejamento que os senhores fizeram. A quem vai beneficiar? Certamente os senhores estudaram e viram as regiões mais críticas. Porque daqui a pouco, por questões até políticas, e aí não vou dizer que não estão... cada um defende alguém, e os senhores vão receber pressão e já estão recebendo pressão para que se vá para cá ou que se vá para lá. Mas certamente a Celesc fez um estudo técnico e fez um planejamento.

Então o apelo que eu faço, em nome dos agricultores de Santa Catarina, é que a Celesc, nos primeiros 500 quilômetros, cumpra o seu planejamento.

Era isso, Presidente, obrigado.

O SR. TARCISIO ESTEFANO ROSA – Agradeço a sua sugestão e ela vai ser seguida à risca, e fica mais fácil quando alguém entende desta forma, que o nosso planejamento possa ser seguido.

De fato é um começo, mas é um bom começo. Mas eu vou insistir na frase: depois serão outros quinhentos. Para começo é um bom número e nós vamos manter. É claro que alguns lugares vão nos apontar uma necessidade imediata, mas não vamos deixar de fazer os outros, podemos acrescentar alguns, mas [sem] sair do planejamento.

Agradeço a sua sugestão e ela será seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito bem.

Eu agradeço aqui a presença do nosso presidente da Celesc, Tarcisio Estefano Rosa, e também do Claudio Varella do Nascimento, diretor de Distribuição da Celesc. Agradecemos o esclarecimento e desejamos muito sucesso na implementação desse projeto, que é uma demanda prioritária do agro. O Estado precisa muito do trabalho da Celesc e também das cooperativas que participam do setor de energia elétrica.

Fiquem à vontade se precisarem se retirar, mas se desejarem, podem participar da continuidade da nossa reunião.

Muito obrigado.

O SR. TARCISIO ESTEFANO ROSA – Deputado, novamente quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos à disposição.

Estamos estudando muito mais o Estado e tem outro fato, os jovens, porque para segurar os jovens no interior, também tem que ter no mínimo o WhatsApp funcionando bem, e por isso nós estamos estudando a questão com a Secretaria de Tecnologia e Inovação, com o Marcelo Fett. Onde tem uma lâmpada ligada, porque a Celesc chegou lá, há um jeito de instalar também a Internet. Vamos pensar também nos jovens para que eles não venham todos para o litoral, para a praia, para outros lugares aqui. Ajudem-nos a construir Santa Catarina.

Muito obrigado, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado.

(O senhor Tarcisio Estefano Rosa, presidente da Celesc, e o senhor Claudio Varella do Nascimento, diretor de Distribuição da Celesc, deixam o recinto.)

Registro a presença do nosso amigo e diretor da Cidasc, Marcos Roberto Pacheco.

Agora passamos à exposição da Cidasc pelos senhores Alexandre Mees, engenheiro agrônomo e gestor do Departamento Estadual de Defesa Sanitária



Vegetal, e Jader Nones, médico veterinário e gestor do Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

O SR. ALEXANDRE MEES – Bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado Altair Silva, cumprimento todos os Deputados presentes, a nossa presidente Celles, e os demais participantes desta reunião.

Quando nós procuramos o Deputado Altair solicitando este espaço para esta conversa hoje, fizemos com o interesse de divulgar as ações de defesa sanitária vegetal no Estado. O mês de maio já é reconhecido, por força de lei estadual, como o mês da saúde dos animais de produção no Estado, mas o mês de maio também tem datas marcantes, datas-chave e feitos importantes na área vegetal também. Então, nesse intuito de demonstrar a importância desse segmento e as ações que são realizadas no Estado, foi que solicitamos o espaço e agradecemos pela oportunidade.

No dia 9 de maio comemoramos o aniversário de erradicação de uma praga importante no Estado, que é a *Cydia Pomonella*, uma praga da cultura da maçã. Por um trabalho de mais de 25 anos sendo realizado nós conseguimos a erradicação e se mantém essa praga ausente no País. Então acabamos sendo lembrados pela questão do *status* da área animal livre de febre aftosa sem vacinação, de peste suína clássica, mas na área vegetal também existem desafios, a presença de pragas, que são regulamentadas, seja em nível nacional, seja em nível internacional, impactam em mercados, impactam em custos de produção, impactam no dia a dia dos agricultores do Estado e, sem dúvida, vez ou outra vão passar também por esta Comissão como assuntos a serem discutidos.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Aqui faremos uma breve demonstração do que realizamos na Cidasc, no nosso cumprimento da missão da empresa de realizar as ações de sanidade animal e vegetal, de proteção da saúde pública e de promover o agronegócio.

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal está abrigado dentro da Diretoria de Defesa Agropecuária, e nessa diretoria temos também o Departamento de Inspeção, o Departamento de Defesa Sanitária Animal. E na área vegetal temos a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, específica, que cuida da parte de sanidade, a Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas, em que temos todos os programas relacionados a agrotóxicos que são desenvolvidos na Cidasc, seja pela fiscalização de comércio, de uso, orientação aos produtores, aos agentes envolvidos, orientação aos responsáveis técnicos, e também o monitoramento de resíduos de agrotóxicos. Temos nesta divisão também a fiscalização da qualidade das sementes e mudas que são ofertadas para os agricultores do Estado, e temos ainda a Divisão de Classificação Vegetal, na qual realizamos a prestação de serviços para as empresas, para os agricultores que precisam classificar o seu produto para colocá-lo no mercado. E também existe, dentro desta divisão, o programa de certificação, que é o Programa Selo de Conformidade Cidasc, que promove uma consultoria para as empresas para alçarem novos patamares dentro dos seus processos, para alcançarem mercados, carregando junto com isso também a marca Cidasc.

O que vamos apresentar hoje será focado na parte de sanidade vegetal, da Divisão de Defesa mesmo – e a gestora da Divisão está aqui, a Fabiana –, porque são programas-chave e acho que eles ficam muito simbólicos também neste mês, já que além do aniversário da erradicação da *Cydia pomonella*, no



dia 12 de maio temos a comemoração do Dia Mundial de Proteção da Sanidade Vegetal. Essa data, 12 de maio, foi estabelecida pela ONU e marca estratégias em nível mundial para sensibilizar a população sobre a importância do controle da dispersão de pragas, até sob o *slogan* “Proteger as Plantas é Proteger a Vida”.

Então, uma das ações em relação a essa campanha é conscientizar a população sobre a importância, porque o agricultor sabe do seu papel, do impacto e do prejuízo que pode causar uma praga, mas a população de uma maneira geral tem que ter uma noção do seu papel como agente de dispersão de pragas, para evitar que seja feito dessa forma. [*Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O trânsito de sementes, acho que todos devem recordar, em 2020, quando teve aquela questão das sementes vindas da China, despachadas, o impacto todo que isso gerou, a dispersão. Então dar notoriedade para o assunto para levarmos esse aspecto para conscientizarmos toda a população, mas acaba que temos dificuldade de colocar esse assunto na mídia.

A Lei Estadual nº 17.825, aprovada nesta Casa com o apoio dos senhores Deputados, depois de audiências públicas, mostrando aos produtores a sua importância – o Deputado Altair Silva nos auxiliou muito também na época da defesa dessa legislação –, estabelece os Programas Estaduais de Sanidade Vegetal que basicamente consolidam as legislações, os procedimentos que existem. Nós temos que seguir muitos regramentos do próprio Ministério da Agricultura e essa lei estadual nos abriu a possibilidade também de atender à demanda de cadeias produtivas locais do Estado para ter regramentos e estabelecer quando necessárias legislações específicas. Então os programas agregam as ações que são realizadas em relação à sanidade vegetal.

Nós temos o Programa Estadual de Sanidade das Pomáceas, que é relacionado, basicamente, à cultura da maçã. Com relação a sua importância econômica, são 15 mil hectares de maçã no Estado. Para ter uma noção, só na cultura da maçã nós trabalhamos com três pragas, que estão sob vigilância constante e são pragas regulamentadas. Uma é o cancro europeu das pomáceas, é uma praga que no Rio Grande do Sul já causa muitos prejuízos aos produtores de maçã, com áreas sendo deixadas de lado para a substituição por culturas como a soja, por exemplo. Mas é um cenário que não podemos admitir para uma região como São Joaquim, porque essa região depende da cultura da maçã e as áreas não permitem uma substituição por outra cultura tão rentável quanto. Então a preocupação no Estado é para evitar que se dissemine ainda mais essa praga. Temos, então, em torno, não chegamos a 16% de propriedades, 17% de propriedades que já tiveram o cancro europeu em algum momento. Quando o produtor detecta, erradica a planta, evita e monitora as plantas vizinhas evitando que se dissemine. Então existem regras, existem regras do Ministério da Agricultura. No mês passado saiu a Portaria Estadual SAR nº 20, que também regra em nível estadual mais alguns detalhes.

Realizamos o monitoramento da *Cydia pomonella*, como eu falei, foi erradicada por todo um trabalho realizado, não só pela Cidasc, mas conduzido pelo Ministério da Agricultura, parcerias com diversas entidades, com o setor produtivo, com a Epagri, mas o monitoramento é constante, tem que ficar ativo. Porque semanalmente, provavelmente, são interceptadas pelo Ministério da Agricultura, em Dionísio Cerqueira, na aduana, frutas vindas da Argentina, que



ao fazer a inspeção são encontradas larvas de *Cydia pomonella*, então se baixarmos a guarda, ela se instala e se estabelece no País.

O fogo bacteriano é uma doença que não existe no País e nem na América do Sul ainda, já está na América do Norte e na Europa, mas é alvo de levantamentos fitossanitários constantes, vigilância ativa para que, caso introduza aqui, a detecção seja mais precoce possível e as ações de contingência evitem que se instalem no País.

Na cultura da banana também são 27 mil hectares, temos pragas regulamentadas que é o *Fusarium* raça 4 tropical, uma doença que assusta realmente o setor produtivo da banana em nível mundial. A banana já teve um momento em que uma praga forçou, em nível mundial, a troca basicamente de toda a produção de banana. A banana tipo Gros Michel foi substituída pela banana caturra, que todos conhecem hoje, porque a Gross Michel era muito sensível ao mal-do-Panamá. Isso na época foi uma mudança muito custosa, muito onerosa para toda a cadeia e para a população como um todo em função da importância que a banana tem na alimentação, na cesta básica, inclusive.

Então é uma doença que na América do Sul... e hoje está na mídia todos os alertas, todas as precauções e preocupações em relação à gripe aviária, mas em relação ao *Fusarium*, nós já estamos há dois anos, três anos em estado de alerta, porque chegou ao continente americano, chegou à Venezuela, à Colômbia e ao Peru, mas ao Brasil ainda não. O Ministério da Agricultura, a Cidasc e a Secretaria da Agricultura estão atentos a isso, realizando os levantamentos e organizando planos de contingência também caso essa praga chegue ao País.

Existe o sistema de mitigação de risco de sigatoka-negra. Para exportar a banana para a Argentina existe todo um trabalho em relação à traça da banana, então, os produtores aqui do Estado precisam atender aos requisitos impostos por esse mercado para poder exportar.

O moko da bananeira não tem no Estado, já tivemos focos, mas tivemos sucesso no seu saneamento. Então a Vigilância Sanitária Vegetal precisa ser ativa e constante também.

Temos alguns destaques, não comentei nos [slides] anteriores, mas são realizados levantamentos fitossanitários em algumas culturas; monitoramento das pragas através de armadilhas; algumas exigem por força de norma do Ministério da Agricultura o cadastro das unidades de produção de todos os produtores, um controle mais rigoroso, inclusive com certificação sanitária; e a regulamentação para essas culturas às vezes são mais ou menos burocráticas para o produtor, isso por acordos internacionais ou também em nível de trânsito da produção nacional, porque o Estado que não tem a praga, não quer ter. Então em nível nacional temos muitas condições entre um Estado e outro, assim como existem essas restrições de trânsito nacional e também interestadual, né?

A citricultura é uma cultura aqui no Estado que já teve um fomento muito forte há algumas décadas, e nesse fomento já teve uma falha sanitária. No início do processo as mudas que foram trazidas, principalmente na região oeste do Estado, com as promessas de indústrias de suco para absorver essa produção, vieram com a praga do cancro cítrico. Então a região oeste está tomada, em todos os palmares, em todas as regiões existem ocorrências de cancro cítrico, não em todas, eu generalizei, mas em todas as regiões encontra-se com facilidade. É uma doença que para exportar limita a produção, então já dificulta um pouco nesse aspecto, em nível nacional existe um programa de erradicação



dessa praga. Então quando uma atividade começa e a condição sanitária já é problema, isso já é um obstáculo muito grande a ser vencido. Então foi uma cadeia que não se desenvolveu muito, em função desse aspecto sanitário. Estamos numa nova fase da citricultura no Estado, a Epagri tem feito um trabalho muito bom de fomento em relação a isso, mostrando para os produtores que é uma oportunidade boa de negócio. Temos regiões do Estado que não tem problemas sanitários com essa doença, com o cancro cítrico, então temos que manter sempre no radar as regiões que têm ou não têm, com levantamentos continuados.

No ano passado, infelizmente, nossa barreira foi quebrada, porque não tínhamos no Estado a doença chamada HLB, a greening, estava restrita aos Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná, e foi detectada aqui no Estado, perdemos um pouco em relação ao *status* sanitário em relação à praga. Então dispara todo um processo de intensificação de ações de contingência e de monitoramento. Infelizmente, por força das normativas nacionais, isso afeta também os produtores dos Municípios onde não tem ocorrência, os Municípios limites, passam a ser obrigatório alguns relatórios, para termos informações da dispersão e disseminação dessa praga, porque da mesma forma em regiões onde a praga se estabelece torna-se mais difícil também a comercialização da produção para fora dessas regiões. Ainda estão restritos, temos quatro, cinco Municípios do Estado, e fazemos os levantamentos continuados e onde se encontra a doença, a medida, a praga, as plantas doentes são erradicadas para evitar essa disseminação.

Na área das grandes culturas, a importância para o Estado em extensão territorial é muito mais relevante, entra a cultura da soja, do milho e do tabaco. Eu vou citar até o que o presidente da Celesc disse: para aqueles poucos produtores de maracujá, aquilo é 100% da importância, para eles a soja não importa, assim como os poucos produtores de pitaia, para eles aquele é o seu universo importante. Então a gente precisa sempre ter atenção para todas essas cadeias. Mas a cultura do milho e da soja, sem dúvida, são culturas expressivas. Ganhou muita repercussão e é um problema que está instalado no Estado a questão da cigarrinha do milho e dos complexos de enfezamentos que causaram já muitos prejuízos e ainda causam. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco]

Foi instituído em nível estadual o Programa Monitora Milho, em parceria com a Epagri e Udesc, conduzido pela Secretaria da Agricultura. Existe um monitoramento em todas as regiões do Estado com alertas fitossanitários da ocorrência de cigarrinhas contaminadas com os enfezamentos.

Temos em nível da cultura da soja um programa nacional que estabelece o vazio sanitário para a cultura, um período onde não pode existir plantas vivas de soja durante noventa dias, inicia já em junho. Enfim, essas regras são em relação à ferrugem da soja, doença importante e que apesar de que acabe sendo uma dificuldade o convencimento da importância desses danos - porque todo regramento é baseado numa prevenção, o risco que temos dos fungicidas utilizados para o controle dessa doença deixar de ser eficientes - existe todo esse risco e as estratégias, tanto de calendarização de plantio quanto de vazio sanitário, são relevantes para evitar que se perca essas ferramentas de controle.

Em relação ao tabaco temos acordo bilateral com a China, o País tem e não Santa Catarina, existe todo um processo de controle em relação à doença mofo azul, do fumo e a existência dela no cultivo na produção do Estado



implicaria em perda de toda a exportação de tabaco para a China do Estado. Então tem muita coisa em jogo também na sanidade vegetal.

Em termos da área florestal temos o Programa Estadual de Controle da Vespa da Madeira, a *Sirex noctilio*, já foi uma praga regulamentada no ano passado e como exemplo dessas pragas regulamentadas deixou de ser, ela passou a ser disseminada em todas as regiões com produção de Pinus, mas não deixa de ser praga. Então o setor demanda da Secretaria da Agricultura, demanda da Cidasc atenção em relação a isso e temos estratégias de apoiar o setor para o controle dessa praga, principalmente porque existem ferramentas de controle biológico que são eficientes e a gente tem esse envolvimento com o setor florestal também.

Penúltimo *slide*, sanidade vitícola. A cadeia da uva também no Estado é importante, apesar de aqui no Estado não termos pragas quarentenárias presentes que impactem a cadeia, mas a vigilância é constante também. Existe na Bahia e Pernambuco, o Cancro da Videira, que é um exemplo de uma doença que foi trazida por curiosidade, produtores da região visitaram África do Sul e acharam interessante trazer uma mudinha junto na bagagem, o material veio contaminado e aos poucos ele se disseminou na região. Então às vezes um pequeno gesto, uma pequena atitude pode causar a introdução de uma praga no País e ela pode se estabelecer. Temos todo controle de monitoramento, levantamento da praga, algo constante... além do Canto da Videira tem também a traça da uva que está também nos países vizinhos, aqui no Brasil ainda não foi detectada. A Lobésia Botrana também temos o trabalho de monitoramento em relação a ela.

A cereja do bolo, acho que a gente pode dizer. Eu gosto muito de falar sobre a parte do maracujá porque é esse trabalho específico, uma cadeia mais limitada, uma cadeia pequena, é um setor que demandou, apoiou a criação da lei estadual, que demandou do Estado a intervenção, a criação de regras que normalmente não são bem vistas. Essa é uma regra que o produtor pediu, pediu um vazio sanitário para a cultura do maracujá, foi criada uma lei estadual, não tem regras a nível nacional em relação a ela, Santa Catarina é pioneiro em relação a isso. Anualmente existe um período vazio sanitário na cultura do maracujá, onde a grande maioria dos produtores está muito consciente da importância disso e quando são necessárias algumas ações de fiscalização e até mesmo erradicação de áreas de quem descumpra o vazio, tenho certeza que não tem demandas de reclamações que são normais junto aos seus líderes, junto aos Deputados, junto à Secretaria de Agricultura, junto ao presidente da empresa porque a cadeia quer aquilo, a cadeia quer ser protegida. É uma tranquilidade que a gente tem se essa cadeia, por exemplo, não quiser mais a regulamentação, basta que eles peçam também que não temos mais interesse.

Para finalizar, eu falei antes que existe a certificação fitossanitária então toda essa cultura, todas essas unidades de produção e áreas que são expostas dependem do trabalho de certificação, principalmente para a banana, maçã e citrus para que essa comercialização possa ser levada para fora do Estado ou para qualquer outro Estado do País. É um trabalho um pouco mais complexo, exige responsável técnico, acompanhamento, mas está dentro da defesa vegetal também fazer esse controle.

E é isso o que a gente tinha para conversar. Agradeço a oportunidade Deputados, desculpa a gente se empolgar com o assunto. A gente está sempre à disposição da Comissão de Agricultura, dos Deputados para dentro desse



escopo todo que a gente comentou poder discutir, poder ajudar o Estado no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Eu agradeço, sei que o tempo acaba sendo curto dado a importância do tema, bastante técnico, mas o objetivo é nós divulgarmos também através dos nossos canais o trabalho que a Cidasc vem desenvolvendo.

Registro a presença do diretor Administrativo-Financeiro, Jean Fabrício Morais, da Cidasc.

Com a palavra o senhor Jader Nones, gestor de Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

O SR. JADER NONES – Bom dia, Deputado Altair e demais Deputados, a presidente Celles, toda a equipe, todas as pessoas aqui presentes, especialmente a equipe da Cidasc.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

É uma satisfação aproveitar esse espaço, é uma oportunidade bastante importante para nós da inspeção podermos tratar de vários temas relacionados a defesa agropecuária, especialmente neste mês de promoção da saúde dos animais de produção, onde a Cidasc realizou diversos eventos no Estado de Santa Catarina, em várias regiões, este é um deles, onde estamos aqui para mostrar esse trabalho conjunto feito por todas as agroindústrias e todo o serviço de inspeção e toda a equipe de inspeção.

Neste mês de promoção da saúde dos animais de produção a gente vai falar um pouquinho sobre as contribuições e os desafios da inspeção estadual para o desenvolvimento de Santa Catarina. O foco, o objetivo do serviço de inspeção é trabalhar com a saúde única e essas duas palavras, saúde única, é um conceito internacional e que define basicamente todo o nosso trabalho que é focado na saúde dos animais, justamente neste mês de promoção da saúde dos animais, a saúde dos animais, a saúde das pessoas e a saúde do meio ambiente.

Como a Cidasc executa esse trabalho? Como o serviço de inspeção está integrado e como ele executa esse trabalho? Esse trabalho é desenvolvido pelo serviço de inspeção, mas a gente gosta e utiliza um conceito mais amplo quando a gente fala de sistema de inspeção. Na verdade a Cidasc é o órgão executor mas ela integra um sistema de inspeção onde várias pessoas e atores da sociedade catarinense fazem parte, que vem desde as agroindústrias, que é o nosso alvo, objetivo do trabalho, mas também os consumidores desses produtos, as universidades gerando conhecimento técnico, os laboratórios, os médicos veterinários e toda equipe que atua no setor, os responsáveis técnicos, controle de qualidade e também as empresas credenciadas que auxiliam a Cidasc na execução desse trabalho por meio e médicos veterinários de apoio que auxiliam na realização da inspeção e a própria Alesc. Ao final a gente vai conversar um pouquinho sobre alguns temas e objetivos, porque a Alesc também contribui legislando e tratando desses temas que são tão importantes para a saúde única.

Quais são os campos de atuação do serviço de inspeção estadual? A gente atua em todas as cadeias de produtos de origem animal que vai desde a cadeia de leite e derivados, de ovos e derivados, de carne, pescados, mel e produtos das abelhas. Desde o campo até o consumidor final, existe um trabalho feito por esse sistema de inspeção preocupado com a saúde de todos esses



entes envolvidos, animais e população. [*Transcrição e revisão: Grazielle da Silva*]

Como a Cidasc, por meio do serviço de inspeção, contribui para promover a saúde dos animais no meio ambiente e das pessoas? Realizando fiscalizações e auditorias nos locais em que as agroindústrias estão instaladas com o objetivo de verificar se as empresas adotam princípios, procedimentos técnicos pautados na legislação de forma a garantir que essa produção seja produzida de forma... levando à produção de um produto de origem animal inócuo e pronto para o consumo.

Analizando e aprovando projetos novos de construção ou reforma das plantas das agroindústrias, com ênfase na avaliação dos fluxos de produção e requisitos higiênicos sanitários. Com o objetivo de verificar se realmente a matéria-prima entra na empresa com qualidade e também sai como produto final com qualidade, respeitando um fluxo único, contínuo e com isso evitando as chances e riscos de contaminação.

Avaliando os processos de fabricação e de rotulagem de produtos. Então nós verificamos se os produtos feitos por essas agroindústrias catarinenses atendem aos padrões, aos requisitos técnicos de identidade e qualidade. Todo produto tem um regramento para ser produzido. Verifica-se a adição de aditivos, conservantes, se podem ou não ser utilizados, qual é a concentração, qual é a quantidade adequada, se esses aditivos quando utilizados estão dentro dos padrões previstos nos regulamentos técnicos, enfim.

Realizando auditorias de Sisbi ou Selo Arte, que são selos coordenados e desenvolvidos pautados em legislações no Ministério da Agricultura e compete a Cidasc executar e averiguar se as empresas cumprem esses requisitos. E, uma vez cumpridos, são concedidos selos e as empresas podem ampliar o seu mercado, saindo do mercado catarinense para o mercado nacional. Depois eu vou passar os números das empresas que já aderiram e o potencial que temos aqui, no Estado de Santa Catarina, ainda para evoluir com relação a esses quesitos.

Promovendo a regularização e o combate à clandestinidade. Então, a Cidasc busca fomentar, orientar e explicar às empresas que têm potencial como se regularizar. Mas também atua combatendo, esse trabalho difícil, mas necessário, às empresas que atuam de forma irregular. Têm aí algumas imagens (*aponta para imagem*), algumas fotos, de algumas empresas e algumas ações da Cidasc de produtos clandestinos, que são produzidos de forma inadequada, sem controle, sem temperatura adequada, colocando em risco físico, risco microbiológico a população catarinense, então, compete também a Cidasc atuar nesse setor.

Realizando ações de educação sanitária nas propriedades, nas agroindústrias e nas escolas. A Cidasc desenvolve, com apoio do Departamento de Inspeção, Departamento Vegetal e Departamento de Saúde Animal, ações e diversos projetos. Um deles é o Sanitarista Junior, já desenvolvido pela Cidasc há bastante tempo. Hoje nós temos, só em 2023, 57 Municípios abrangidos pelo programa, com mais de 3 mil alunos que fazem parte desse projeto. O Departamento de Inspeção também identificou uma deficiência, uma necessidade de capacitar todas as pessoas que atuam no setor de alimentos, os responsáveis técnicos, as pessoas que atuam no controle de qualidade, e os médicos-veterinários de apoio. Então, desenvolvemos um projeto onde mais de 10 mil pessoas, só no ano passado, já realizaram cursos de capacitação focados



na área de inspeção de produtos de origem animal, com base na legislação, para que eles possam aplicar e desenvolver dentro das dessas respectivas agroindústrias.

E o Projeto Sanitarista Acadêmico, que também é um projeto desenvolvido pela Cidasc, principalmente voltado aos cursos que são do setor do agro, onde têm mais de 10 universidades e mais de 2.500 alunos participantes.

Atua também o Sistema de Inspeção, fiscalizando as atividades de rotina das agroindústrias com SIE e Autocontroles das empresas, com intuito de verificar. Toda empresa tem seus processos produtivos de forma específica, cada um tem a sua peculiaridade e as empresas desenvolvem os seus programas de autocontrole, e compete ao serviço verificar se esses autocontroles estão realmente sendo aplicados e estão dando a segurança para produção de alimentos.

E também preocupados ou parte do trabalho relacionado à inspeção que é um elo de toda Cidasc focado na saúde dos animais, que é buscando identificar, sempre que identificado doenças de importância, ou para produção animal que geram danos econômicos ou para saúde da população, o serviço de inspeção identifica e notifica os órgãos competentes para tomar as ações necessárias. Sempre quando identificado na produção animal, a gente notifica o Departamento de Defesa Agropecuária, para que ele tome as providências lá nas propriedades, quando identificado também doenças que tem um potencial zoonótico se notifica a Vigilância para que ela possa também atuar e proteger a saúde das pessoas que estão envolvidas num possível foco. Como, por exemplo, cisticercose, hidatidose, enfim, muitas outras.

Bom, é importante compreendermos aqui que somos um grande time catarinense em prol da saúde. Vou citar alguns pequenos números só para terem uma ideia do tamanho do trabalho que é coordenado pela Cidasc junto com esse grupo todo de pessoas de sistema de inspeção que eu acabei de mencionar. Hoje são 480 agroindústrias registradas no serviço de inspeção estadual, com uma equipe de 57 médicos-veterinários que atuam exclusivamente na inspeção, coordenam todo esse trabalho que é desenvolvido também com apoio de empresas credenciadas. Nós temos 17 empresas credenciadas, que auxiliam nesse processo de inspeção, com uma equipe de 257 médicos-veterinários de apoio, um sistema pioneiro desenvolvido aqui no Estado de Santa Catarina e que vem ao longo do tempo se desenvolvendo e aperfeiçoando. E também temos 17 laboratórios credenciados que prestam análise de alimentos para as empresas aderidas ao serviço de inspeção.

O que promove o nosso trabalho? O nosso trabalho, em números principalmente, promove o comércio nacional. Hoje temos, dessas 480 empresas aderidas ao Serviço de Instituição Estadual, 110 que são aderidas ao Sisbi e uma em processo de adesão, então, praticamente 111 empresas. O Sisbi proporciona o comércio nacional, ao invés das empresas terem um mercado somente catarinense, elas podem ampliar o seu mercado e comercializar em todas as outras unidades da Federação. Também atuamos no Selo Arte, auxiliando no desenvolvimento da legislação, na aplicação da legislação. Hoje temos 27 agroindústrias, que também têm essa possibilidade de colocar seus produtos, produtos específicos, que respeitam a tradição, as características dos catarinenses, produtos especiais, que podem ser comercializados atualmente no Brasil inteiro, as 480 agroindústrias, como eu já falei. Atuamos direta ou



indiretamente junto com o apoio do Departamento de Defesa de Saúde Animal em mais de 230 mil propriedades rurais. E esses produtos catarinenses chegam para toda a população brasileira, principalmente nas empresas aderidas ao Sisbi e Selo Arte, mais de 208 milhões de habitantes.

A Cidasc atua também no Departamento de Inspeção, fomentando, auxiliando nos processos das mais de 1.800 mil agroindústrias catarinenses, que querem ou estão regularizadas no Serviço de Inspeção Municipal. Claro que os serviços de Inspeção Municipal têm legislações próprias, mas a Cidasc acaba sendo um órgão importante, balizador, junto com a Secretaria da Agricultura para auxiliar nesse processo de desenvolvimento do serviço de inspeção dentro dos Municípios.

Temos quase 3 mil propriedades livres de tuberculose e brucelose. Atuamos no fomento da produção do novilho precoce, então, quase 20 milhões só no ano passado de subsídios para essa cadeia produtiva melhorar a produção de rebanho de gado de corte. E atuando na regulamentação. São mais de 10 normas internas regulamentadoras identificando produtos catarinenses e buscando aí um regramento, um regulamento técnico para que possam ser respeitadas as características culturais aqui do Estado, como por exemplo, o queijo colonial, *rollmops*, a linguiça Blumenau e muitos outros que foram ao longo do tempo regulamentados.

O que gera o nosso trabalho? O nosso sistema de inspeção é importante, porque gera, junto a todo esse grupo em que atuamos, emprego, renda, saúde, desenvolvimento, produtos de qualidade, combate à fraude e respeito à tradição catarinense.

E aqui é importante aproveitarmos esse espaço, porque nós temos aí uma discussão, não para este momento, Presidente, mas gostaríamos de em outros momentos voltar aqui, porque nós temos aí muitos desafios para que o Estado possa seguir sendo pioneiro e sendo um Estado à frente, buscando discutir legislações e procedimentos que são importantes para o setor produtivo envolvido, inclusive para a Cidasc e para a Secretaria da Agricultura como, por exemplo, o PL de autocontrole e de inspeção que pretendemos em breve submeter à Alesc, para a Comissão, enfim, para as discussões dentro das Comissões, e que é crucial para o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

Existe um PL sobre agroindústria familiar que já foi discutido por diversos setores, e é preciso a gente avançar nele para justamente buscar que os serviços de inspeção municipais também possam buscar essa equivalência e aprimorar seus processos. E com isso fomentarmos, cada vez mais, as agroindústrias.

Assegurar a atualização monetária das taxas existentes e o quadro estrutural funcional. Como eu falei, no final do ano passado nós tivemos a contratação de um reforço para a equipe, mas ainda assim ele não é suficiente. Sendo assim, precisamos trabalhar esses aspectos.

Acompanhar e legislar sobre o projeto-piloto chamado Execução da Inspeção e Fiscalização por profissionais da Cidasc. É um projeto importante, porque embora o Estado hoje seja pioneiro, a Legislação estadual tem alguns conflitos, algumas divergências com a Legislação federal, e com isso as agroindústrias acabam tendo uma dificuldade muito grande de aderirem, principalmente ao Sisbi, e com isso ampliarem seus mercados. É um processo



importante que precisamos discutir. Discutir a questão financeira e a carga tributária que acaba afetando as agroindústrias. Esse não é um ponto de atuação da Cidasc, mas que, de certa forma, reflete no nosso trabalho.

Auxiliar na regularização e no fomento do Selo SIE, Selo Arte e Sisbi e auxiliar na promoção e divulgação do sistema de inspeção para a população, para que a população compreenda a importância do trabalho e dessa cadeia produtiva desde a produção, lá nas propriedades, até a proteína de origem animal chegar à prateleira para o consumidor.

As considerações finais. Somos um sistema onde vários atores estão envolvidos. A gente precisa e deve trabalhar, por isso a importância de estarmos aqui discutindo e de usarmos esse espaço e avançarmos, cada vez mais, buscando essa ligação.

Buscando essa ligação, onde possamos usar vários atores envolvidos e desenvolvermos ações em prol da saúde dos animais, das pessoas e do meio ambiente.

Nós agradecemos pelo espaço em nome do Departamento de Inspeção da Cidasc. Depois, Deputado, eu iria falar no início, porque acho que o pessoal iria ficar mais animado. A Cidasc, junto com as empresas que estão participando do evento neste mês de promoção, vai oferecer um café para que todos que estão aqui presentes, para que possam experimentar os produtos desenvolvidos pelas agroindústrias de Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Eu agradeço a apresentação.

O nosso tempo regimental já está esgotado, mas antes preciso passar a palavra para a presidente da Cidasc, que aqui representa o Governador, e depois aos colegas Deputados para as considerações finais.

Eu sei que o tema é bastante relevante, no qual teríamos assunto para mais de uma manhã inteira, mas nós temos que seguir o Regimento Interno da Casa. Então, eu peço desculpa aos senhores.

Com a palavra a presidente da Cidasc, senhora Celles Regina de Matos, que aqui representa o Governador do Estado Jorginho Mello.

A SRA. CELLES REGINA DE MATOS – Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Altair Silva, Presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura, e as demais autoridades aqui presentes.

Não posso deixar de cumprimentar todos os colaboradores da Cidasc que estão aqui acompanhando esta sessão remotamente. E aqueles que estão neste momento, Deputado, respondendo a uma auditoria do Ministério da Agricultura. Bem, na verdade há trinta dias respondendo a uma auditoria, porque esse é um procedimento que todos os Estados passam, primeiro documentalmente e agora presencialmente. E neste momento, inclusive, acontece no Município de Seara.

É um intenso trabalho, e tenho certeza que eles gostariam de estar aqui convivendo conosco neste momento diferenciado para nós colaboradores da Secretaria da Agricultura do Estado e da Cidasc, mas eles também estão fazendo a parte deles lá na ponta.

Cabe-me a honra de representar neste evento o Governador Jorginho Mello e todo o time gestor do Executivo em Santa Catarina.

O Governador está em Brasília no interesse de nós, catarinenses, um interesse urgente; e o Secretário Colatto apresenta-se afastado,



momentaneamente, para tratamento de saúde. Vocês não precisam se preocupar, são coisas simples, mas que precisam ser feitas.

Eu gostaria de comentar algumas palavras que o Governador e o Secretário deixaram para esta sessão especial, Deputado Altair. A Cidasc, como uma empresa pública de Santa Catarina, representa hoje um capital primordial para a economia catarinense. Ela possui credibilidade nas suas ações de saúde animal e vegetal em todo o País e no mundo. A Cidasc traz resultado financeiro e diferenciado para a comunidade catarinense, e isso movimenta não só a agricultura, mas o transporte, a indústria, a educação fundamental e acadêmica, porque o trabalho de educação sanitária chega nesses locais também. Ainda, entrega resultados de ação direta para a saúde da população, porque mantém um sistema de orientação e de inspeção com rastreabilidade de alimentos, como foi colocado aqui pelo colega Jader, que conseguem comercialização no Brasil todo. Aí entram mel, frutas, leite, derivados do leite, da carne, pescado e ovos.

E finaliza com a reflexão de que, quanto mais conhecemos a potência dos colaboradores da Cidasc, mais queremos fazê-la fortalecer. Isso para nós é uma grande alegria, participar de um governo que vê assim o agro, que vê assim a Cidasc, a Secretaria da Agricultura, a Epagri e a Ceasa, que são as empresas do governo no agro.

Agora eu vou para as minhas palavras, Deputado, para finalizar.

Vejam como impacta bem conhecer o trabalho que a Cidasc faz como filha do Estado. Veja que espaço nós temos para divulgar os trabalhos que a empresa faz, e com essa divulgação surge ainda mais a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Abrem-se oportunidades de empreendimento porque se reconhece, nos servidores do Estado, consultores, apoiadores de negócio e apoiadores do empreendedorismo rural.

Tudo o que foi falado pelo engenheiro agrônomo Mees parece o trabalho de um batalhão, porque são quarenta e poucos engenheiros agrônomos. Então, quando pedimos estrutura, não estamos pedindo um monte de gente, mas é que um engenheiro já faz muita coisa. É claro, temos também os técnicos em agropecuária, que dão total suporte tanto à saúde animal quanto à saúde vegetal, como também na classificação de grãos que o Estado também faz.

Mees, não se desculpe por se empolgar, a nossa riqueza é essa paixão pelo trabalho e pelo produtor rural. É isso que traz força e resultado.

Deputado, o senhor sabia que tem veterinário cuidando da sua saúde e da saúde de todos nós? (*Risos.*) Quando consumimos alimentos com inspeção, com o Selo Arte, nós temos a nossa saúde assegurada. E a saúde financeira do Estado também, porque a industrialização do seu produto agrega valor para o produtor. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Finalmente, eu gostaria de lembrar que este é o mês da sanidade animal; e, mundialmente também, da sanidade vegetal.

Eu gostaria de fazer uma menção muito importante, o reconhecimento de todo o time da Cidasc e da Secretaria da Agricultura ao Deputado Altair Silva, porque foi ele que fez a proposta para que houvesse essa celebração no mês de maio como o mês da sanidade animal em Santa Catarina. E acredito que todos já foram informados que no dia 16 de maio o Ministério da Agricultura do Brasil tornou, agora nacional, o mês de maio como o mês da sanidade no Brasil.

Parabéns Deputado, e sobretudo muito obrigado em nome, que representa o time da Cidasc, da Secretaria da Agricultura, mas principalmente



em nome do produtor rural, que precisa de nós, todos os dias, e essa atenção nós queremos dar.

Muito obrigada pela oportunidade e reitero o convite do colega Jader para que, após esta sessão, possamos degustar os alimentos produzidos pelos nossos produtores, que gentilmente nos forneceram amostras, não custou nada, eles só querem mostrar. E, claro, vamos ajudar nessa divulgação, porque é produto de primeira qualidade.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Agradeço pelas palavras gentis da nossa presidente da Cidasc, a Celles, que vem desenvolvendo um excelente trabalho junto com toda a sua equipe.

Passo a palavra ao colega, Deputado Camilo Martins, membro da nossa Comissão de Agricultura e também Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS – Muito obrigado, Deputado Altair, nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Quero parabenizá-lo pelo aniversário comemorado no dia de ontem e dizer que você, como falou a presidente da Cidasc, é uma pessoa com quem aprendemos muito na questão da agricultura. Eu tenho muito orgulho de ser presidido por vossa excelência e estou aprendendo muito.

Eu sempre digo: o que uma pessoa de Palhoça, que é a minha região, faz aqui na Comissão de Agricultura? Mas todos os catarinenses têm um pezinho no interior do Estado de Santa Catarina. As minhas raízes são da região serrana, meus familiares são do agronegócio, da cultura da maçã, do gado e do reflorestamento. Então, eu estou aprendendo muito, mas fico entusiasmado pela sua participação, pela sua liderança e pela sua história no setor da agricultura de Santa Catarina.

Eu quero cumprimentar a presidente da Cidasc e todas as pessoas que me antecederam; cumprimentar o amigo Enori Barbieri, da Faesc, leve o nosso cumprimento ao presidente da Faesc e a todo o pessoal; cumprimentar o nosso Deputado Oscar Gutz, que aqui se faz presente; e todas as pessoas que estão aqui nesta manhã.

Eu ouvi atentamente as falas do pessoal da Celesc, do seu presidente, sobre a questão do trifásico, e é de fundamental importância, sim. Eu tinha alguns questionamentos para fazer a ele sobre a questão do trifásico da agricultura, mas tenho marcada uma audiência com ele e farei esses questionamentos lá, pois nós temos que investir muito mais.

Ele falou aqui em um investimento na ordem de R\$ 4 bilhões, quinhentos quilômetros de rede trifásica. Mas eu, como morador da cidade de Palhoça, tenho um escritório de advocacia e represento algumas empresas que investem muito na nossa região, e hoje na Celesc paga-se tudo. A Celesc, antigamente, fazia os investimentos e não cobrava. A extensão de rede, hoje, se paga muito.

Fiz um questionamento para o Varella e ele falou a respeito desses quinhentos quilômetros. Disse que em alguns locais, onde os recursos já haviam sido investidos, o governo ainda teria que pagar. E, neste caso, vai ser o Estado que vai custear. Por isso, nós temos que parabenizar o governo Jorginho e o presidente da Celesc, porque são de fundamental importância os investimentos na agricultura.

Nessa questão eu ouvi atentamente o engenheiro agrônomo Alexandre Mees e o médico veterinário Jader, e queria fazer algumas colocações.



Por meio da Comissão de Agricultura e da Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro, temos muitos questionamentos do pessoal dos embutidos, da indústria do embutido, na questão de um decreto que foi assinado pelo nobre Deputado, na época Governador interino, Sopelsa, e que regulamentou essa questão. Mas principalmente o Artigo 311 - se não me falha a memória - onde, através do decreto, ele coloca a legislação para fazer inspeção, autuação e multa. E o Poder Judiciário de Santa Catarina já se manifestou, tanto em algumas Comarcas como no Tribunal de Justiça, pela inconstitucionalidade. Inclusive, eles vieram aqui nos procurar. Então, pela sua fala, acho que poderíamos, a várias mãos, tentar construir esse PL. Eu vi aqui que eles cobram muito e que eles querem uma legislação para que tenham um norte e para que fique bom para todos.

Parabéns pelas palavras de vocês e pela preocupação para com esse setor.

No mais, Presidente, parabéns por estar sempre conduzindo esta Comissão. Estou sempre aqui, sendo liderado por vossa excelência e aprendendo muito na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado, Deputado Camilo Martins, pelas palavras gentis.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Oscar Gutz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL OSCAR GUTZ – Bom dia, Presidente. Bom dia ao Deputado, ao presidente da Cidasc, ao presidente da Epagri, aos diretores e a todos aqui presentes.

Serei breve na minha fala, pois já estou atrasado, tenho uma reunião com o Secretário Cimadon. Era às 10h, mas vai dar tempo.

Só quero elogiar e agradecer o trabalho de cada um de vocês. O Presidente da Comissão, que sempre é um grande parceiro, sempre faz um belo trabalho como o Deputado.

Nós agricultores, que nascemos na roça e somos colonos ainda. Tem vários itens aí que, em um outro momento, vamos ter uma reunião com a Celesc. Quando o amigo (*dirige-se ao senhor Alexandre Mees*) falou da vespa, do reflorestamento, eu, como madeireiro, me lembro deste trabalho, que foi um trabalho muito grande da Cidasc na época, em parceria com as empresas. E, graças a Deus, deu certo. Mas agora, temos outro problema, nossos amigos macaquinhos que estão descascando todos os nossos pinheiros. Então, depois vamos ter uma conversa para ver o que vai ser feito, porque temos que respeitar também a Lei ambiental, porque o bichinho está com fome e está começando a invadir os reflorestamentos. Vamos conversando e vamos nos inteirar, porque muita gente pergunta o que vai ser feito sobre isso.

Quero também agradecer ao Governador Jorginho Mello pelas iniciativas, senhor Presidente, e pela rede trifásica. Eu acho que falta bastante, como o Deputado Camilo falou, tem muita coisa para fazer, mas tudo tem um início, né? Hoje, o cidadão lá no campo, desde uma granja de porco ou de aves que ele tem lá, ele é uma empresa e nós temos que levar apoio para ele produzir mais. Porque quanto mais ele produz, melhor para nós e para o próprio governo, que vai arrecadar mais. E a Cidasc, a Agricultura, a Epagri e todos aqui, nós sabemos que fazem um belo trabalho. E, no que precisarem de nós, podemos sempre contribuir, dentro do bom-senso. E também, às vezes, pedir para vocês nos ajudar também.



Seria isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado.

Consulto os Deputados que estão *on-line* se querem fazer uso da palavra.

(Pausa.)

Não havendo interesse, agradeço a presença de todos os senhores e senhoras aqui nesta reunião da Comissão de Agricultura.

Hoje é um dia muito especial, porque logo em seguida vamos ter uma degustação. A reunião da Comissão de Agricultura é nas quartas-feiras, senão eu teria feito ontem, porque era o dia do meu aniversário e daí a festa ficaria maior. (Risos.) Mas agradeço de coração e convido todos a prestigiarem essa degustação, que é fruto do trabalho de todos nós.

Por isso, eu agradeço imensamente. Eu tenho uma gratidão muito grande pelo universo ter me dado a oportunidade, nem digo que foi um trabalho, foi um estágio de um ano e dois meses lá na Secretaria da Agricultura onde tive a oportunidade de aprender muito, e também tive a oportunidade de conhecer mais e melhor a importância que a Cidasc, que a Epagri e que o Ceasa tem, como empresas da Secretaria da Agricultura, como empresas do nosso Estado, para a importância do agronegócio e pelo fortalecimento da economia catarinense.

Então, fico muito feliz, todos estão convidados e nos encontramos em seguida na degustação.

Antes de encerrar, gostaria de registrar a presença do senhor Claiquer Carneiro, que representa a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc).

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a reunião. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

**DEPUTADO ALTAIR SILVA
PRESIDENTE**